



Determinação da ministra Laurita Vaz afasta Paulo Dantas do Executivo alagoano a poucos dias do 2º turno. Acusação é um suposto esquema de “rachadinhas” dos tempos em que era deputado estadual

# Por ordem do STJ, PF vai atrás de governador

» VINICIUS DORIA  
» MARCOS BRAZ\*

Carlos Villa Verde/ALAL



Dantas não está impedido de disputar o segundo turno. Pesquisa divulgada ontem o coloca na liderança

Reprodução/TV Gazeta



PF cumpriu mandados inclusive na Assembleia Legislativa alagoana

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a Operação Ede-ma, que investiga um suposto esquema de “rachadinha” na Assembleia Legislativa de Alagoas. O principal alvo é o governador-tampão do estado e candidato à reeleição, Paulo Dantas (MDB). A ação da PF e do Ministério Público Federal (MPF) foi autorizada pela ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela determinou o afastamento de Dantas do cargo de governador por 180 dias, mas não o impediu de manter a campanha eleitoral do segundo turno, na disputa contra o senador Rodrigo Cunha (União Brasil), apoiado pelo Palácio do Planalto e pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP).

Foram cumpridos 31 mandados de busca e apreensão na casa do governador, em gabinetes da Assembleia Legislativa de Alagoas e do Palácio República dos Palmares (sede do governo estadual), além de um hotel em São Paulo, no qual Dantas estava hospedado. Foram apreendidos com ele R\$ 14 mil em dinheiro, além de R\$ 100 mil em outros endereços ligados ao governador. Laurita Vaz determinou, ainda, o sequestro de R\$ 54 milhões em bens e valores dos investigados.

Dantas considerou a operação “encenação” e “teatro”, e avisou que “o recurso judicial será firme”. Os partidos coligados na chapa do governador — MDB, PT, PCdoB, PV, PDT, PSC, Podemos e Solidariedade — assinaram nota conjunta na qual declararam que “o dia 11 de outubro ficará marcado na história brasileira como o maior ataque feito contra um governador legitimamente eleito, vencedor do primeiro turno com ampla vantagem e líder absoluto nas pesquisas”. Para os partidos, “o que os últimos fatos indicam é uma tentativa de vencer a disputa na base do golpe”.

Pesquisa divulgada, ontem, pelo Instituto Real Time Big Data mostra Dantas com 47% de intenção de voto (59% considerando apenas os votos válidos, em que se excluem brancos, nulos e indecisos) e Cunha com 33% (41% dos votos válidos).

## “Armação”

A disputa do governo em Alagoas reflete a polarização da disputa nacional, em que o atual governador e o presidente da Assembleia Legislativa são ligados ao grupo de Renan Calheiros,

apoiador do presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O senador acusa o governo federal de interferir na PF para prejudicar adversários políticos no estado e já havia apresentado denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral, na semana passada, sobre outra operação policial ocorrida no início do mês.

Calheiros, inimigo do presidente da Câmara, acusou, pelo Twitter, que o processo contra Dantas chegou ao STJ por

“uma armação de (Arthur) Lira”. Anunciou, ainda, que apresentará queixa no Conselho Nacional de Justiça contra Laurita Vaz. Segundo o senador, o processo “foi parar no STJ por uma armação de Lira e lá perambulou por vários gabinetes até parar na mão da bolsonarista Laurita Vaz”.

Lira também tuitou em resposta a Renan. Disse que “toda vez que ele é apanhado praticando malffeito me acusa para tentar encobrir suas safadezas”.

Segundo o deputado, “foi o STJ que viu fortes indícios de corrupção e determinou o afastamento do governador”.

A investigação, que tramita em sigilo desde 2019, investiga crimes de organização criminosa, peculato e lavagem de dinheiro. Nenhum dos alvos teve os nomes divulgados pela PF ou pelo MPF.

Um dia antes da deflagração da operação contra Dantas, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre Moraes, enviou à PF um pedido de informações sobre outra ação da corporação — contra o presidente da Assembleia Legislativa alagoana, Marcelo Victor (MDB), na véspera do primeiro turno das eleições. Suspeito de participar de um suposto esquema de compra de votos, o deputado foi abordado em um hotel por agentes federais que cumpriam mandados de busca e apreensão. Moraes deu prazo de 48 horas para que o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas também preste informações.

A decisão de Moraes atende a pedido feito por Renan. No documento encaminhado ao TSE, na semana passada, o senador levanta a suspeita de interferência de Lira “a fim de causar prejuízos eleitorais ao referido candidato, com a produção de notícias que sabe ser inverídicas”.

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

## Pesquisas: fracassa tentativa de votar PL

A base do governo na Câmara não conseguiu votar o projeto de lei que criminaliza erros nas pesquisas eleitorais e prevê penas de até 10 anos de prisão. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a anunciar que o texto seria votado ontem, mas fracassou por falta de acordo. Não há data marcada para nova votação.

Líderes de partidos disseram a Lira que votar um projeto tão polêmico como esse, às vésperas das eleições, daria margem para acusações de casuísmo. Até mesmo aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) avaliaram que não era hora de discutir o assunto e pediram adiamento.

“Todos entendem a necessidade, mas há divergências sobre o momento. Um projeto desses não deve ser votado de forma açodada. Temos que avaliar o impacto que tal medida causará e se é isso o que o Parlamento vai querer”, disse o deputado Vinicius Carvalho (Republicanos-SP).

Lira dá voz de comando ao Centrão, bloco de sustentação do governo Bolsonaro no Congresso, mas não conseguiu reunir até agora apoio suficiente para votar o projeto que pune os institutos de pesquisa. Ele tem negado que o objetivo seja criminalizar as pesquisas de intenção de voto. Diz, porém, que é preciso cobrar algum tipo de ressarcimento de institutos que “induzem” o eleitor a erro, proibindo sua participação em outras eleições.

## Punições

De autoria do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), o projeto foi protocolado na Casa na semana passada, poucos dias após o primeiro turno das eleições. A origem da iniciativa está no percentual de votos que o Bolsonaro obteve no primeiro turno (43,2%), muito acima daquilo que havia sido previsto pelos institutos — Datafolha apontou 36% e Ipec,

37%, em levantamentos divulgados em 1º de outubro. A punição prevista para quem errar o resultado da eleição fora da margem de erro vai de quatro a 10 anos de prisão.

Segundo o texto que tramita na Câmara, serão punidos os institutos que publicarem “nos 15 dias anteriores à data da eleição, pesquisas com dados que divirjam, além da margem de erro, do resultado apurado nas urnas”. Quem responde pelo erro é o “estatístico responsável pela pesquisa divulgada, o responsável legal do instituto de pesquisa e o representante legal da empresa contratante da pesquisa”.

De acordo com Barros, o projeto não foi votado porque ainda não há acordo sobre qual seria o texto ideal sobre o tema. Uma parte dos deputados também discorda da pena de prisão. Para o líder do governo, o ideal é que haja “cadeia” para quem errar o resultado, mas seus colegas

entenderam que ele pode concordar em substituir prisão por “multas pesadas”.

Antes mesmo de naufragar a votação do PL, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), manifestou-se contra a pressão que parlamentares governistas vêm fazendo para aprovar o PL. Para Pacheco, é preciso ter “cautela e responsabilidade” no debate sobre as pesquisas eleitorais.

“As pesquisas são importantes para o processo eleitoral, têm um papel, examinam a intenção de voto. O que não me parece razoável, do projeto que eu li da Câmara dos Deputados, é estabelecer que a simples diferença entre o que está na pesquisa e o resultado eleitoral possa constituir um crime com pena de quatro a 10 anos. É um texto absolutamente inadequado porque pune muito severamente o erro. Isso é inapropriado sob todos os aspectos, inclusive o aspecto jurídico. É preciso ter muita cautela, muita prudência”, criticou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Favoritismo de Lula sobe no telhado

Resumo da ópera: na pesquisa Ipspe divulgada ontem, a vantagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação ao presidente Jair Bolsonaro (PL) está em cinco pontos na sondagem espontânea (47% a 42%) e sete pontos na induzida (50% a 43%). Excluídas as respostas “Branco/ Nulo” e “Não Sabe/Não Respondeu”, a vantagem do petista se amplia para oito pontos (54% a 46%). Lula obteve amplo apoio dos eleitores de Simone Tebet (55% a 16%) e, entre os de Ciro Gomes (44% a 36%), menos.

Onde mora o perigo? Na rejeição dos candidatos: 49%, Bolsonaro; 45%, Lula. Dos que pretendem votar no petista, 91% rejeitam Bolsonaro e 6% afirmam que “poderiam votar” no atual presidente. Entre os eleitores de Bolsonaro, 94% rejeitam Lula e apenas 4% dizem que “poderiam votar” no ex-presidente. A rejeição de Bolsonaro cai, a de Lula sobe.

Segundo o sociólogo Antônio Lavareda, responsável pela pesquisa, a vantagem do petista nos chamados votos válidos é irrelevante em termos de projeção do resultado, porque os 54% a 46% não levam em conta as escolhas de última hora e as abstenções, que sempre influenciam o resultado final. Nesse aspecto, é mais seguro considerar os votos totais, que resulta num placar estreito de 51% a 47% dos votos, sendo 2% nulos e brancos, e 1% de não sabe e não respondeu.

Em eleições anteriores, a vantagem petista no primeiro turno foi muito maior: 2002 (Lula +17%), 2006 (Lula +16%) e mesmo 2010 (Dilma +11%). Será uma disputa acirrada, como foi da eleição de Collor, em 1989, quando tinha apenas 5% de vantagem, e de Dilma, em 2014, quando era apenas de 2%.

Esses números merecem reflexões sobre a estratégia de Lula, que era franco favorito no primeiro turno. A campanha do “voto útil”, cujo objetivo era garantir a vitória do petista em 2 de outubro, esvaziou as candidaturas de terceira via, sobretudo a de Ciro. Mas bateu no teto da rejeição de Lula e provocou um efeito contrário: o voto útil de indecisos às vésperas da votação, que acabou reduzindo a distância para Bolsonaro.

Com isso, a disputa se tornou mais dramática no segundo turno, principalmente no Sudeste, onde o presidente foi vitorioso em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, enquanto Lula apenas em Minas.

## Sudeste

Em São Paulo, Bolsonaro obteve uma vantagem estratégica com o favoritismo da candidatura de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o apoio do governador Rodrigo Garcia (PSDB), derrotado no primeiro turno. A candidatura de Lula tem duas ancoragens que dificultam seu trânsito no eleitoral de centro e no interior paulista: o ex-prefeito Fernando Haddad, o candidato a governador do PT, e o deputado eleito Guilherme Boulos (PSol), o mais votado no estado, com 1 milhão de votos.

O petista tenta ampliar sua campanha por meio da adesão de Simone Tebet, que obteve 1,6 milhão de votos no estado, mas não tem como se descolar dos aliados de primeira hora. Bolsonaro teve 1,7 milhão de votos a mais do que Lula em São Paulo.

O presidente tenta reduzir a vantagem de Lula em Minas Gerais, onde o petista venceu por 49,4% a 42,9%. A vitória de Romeu Zema (Novo) no primeiro turno complicou a vida do petista, porque o governador mineiro resolveu entrar na campanha de Bolsonaro.

Um recorte da eleição em Minas mostra que o favoritismo de Lula no Vale do Jequitinhonha é tão arrasador e irreversível quando o dos estados do Nordeste, mas Bolsonaro tenta avançar nas demais regiões, vinculando Lula ao ex-governador Fernando Pimentel, que deixou o poder muito desgastado.

O Rio de Janeiro é outro estado no qual Lula tem dificuldades imensas, apesar do apoio do prefeito carioca Eduardo Paes, cujo governo segue a tradição de deixar suas entregas para os dois últimos anos de gestão. Bolsonaro venceu as eleições no estado por 47,7% a 40,9%, favorecido pelo desempenho do governador Cláudio Castro (PL), que se reeleitou no primeiro turno, com 58,19% dos votos válidos. O candidato apoiado por Lula, Marcelo Freixo (PSB), ficou em segundo lugar, com 27,70% dos votos válidos.

Mudando do Sul Maravilha para o Nordeste, o afastamento do governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), candidato à reeleição, pela ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Laurita Vaz, pode mudar tudo na eleição local. Lula venceu Bolsonaro em 94 dos 102 municípios alagoanos. Em votos válidos, 56,5% a 36,5%.

Dantas, agora afastado, apoiado por Renan Calheiros e por Lula, venceu Rodrigo Cunha (União Brasil) em 83 cidades, por 46,64% a 26,79%. Pesquisa Real Time Big Data divulgada ontem mostra que Dantas venceria a disputa por 59% a 41%. Cunha é aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e apoia Bolsonaro. O caso é esquisito e já virou um barraco institucional.

DISPUTA SE TORNOU MAIS DRAMÁTICA NO 2º TURNO, PRINCIPALMENTE NO SUDESTE, ONDE BOLSONARO FOI VITORIOSO EM 3 ESTADOS